

## TEKNO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “Tekno”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo na rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas “TKNO3” e “TKNO4”.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Fazem parte das informações contábeis consolidadas as seguintes empresas:

##### Controladas

- Profinish Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Profinish”): fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, para comercialização nos mercados interno e externo.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. (“Tekrom”): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.

##### Controladas em conjunto

- MSC/Tekno Laminates and Composites Ltda. (“MSC/Tekno”): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Perfilor”): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente, industriais e comerciais.
- Alucoil do Brasil S.A. Indústria e Comércio (“Alucoil”): joint venture constituída em 6 de junho de 2011 com a participação da Alucoil S.A.U. (Espanha), que tem por objeto principal a fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais, com previsão para iniciar suas operações no 1º semestre de 2013.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

#### 2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS's”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e pelo ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto, consolidadas pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, também são preparadas em Reais.

### (b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

#### 3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia nessas controladas em conjunto. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas controladas em conjunto são eliminadas na proporção da participação da Companhia nestas sociedades.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

- Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: débitos com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

#### Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

#### Instrumentos compostos

Os componentes de um instrumento composto, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente.

#### Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo maior valor entre o montante da obrigação contratual, de acordo com IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante inicialmente reconhecido, deduzido, quando aplicável, da apropriação acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita apresentada acima.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

- Capital social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como componente do patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a voto, são classificadas como componente do patrimônio líquido e têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 11.639/2007.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

### 3.3 Ativos financeiros

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

#### b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

#### c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.

### 3.5 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 13, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

### 3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



### 3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment

- Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 3.8 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 3.9 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

### 3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não registraram o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

### 3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

- Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

- Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras, que abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre os empréstimos e financiamentos. Despesas com empréstimos não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### 3.14 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

### 3.15 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

### 3.16 Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração.

### 3.17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle e, a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas joint ventures atualmente registrado pelo método de consolidação proporcional, de acordo com a norma IAS 31 - Interest in Joint Ventures.

De acordo com a norma IFRS 11, as empresas controladas em conjunto serão classificadas como joint ventures e serão registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que será apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Caso as normas IFRS 10 e IFRS 11 tivessem sido adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas, estima-se que o total de ativos e passivos seriam de R\$243.743 e R\$20.002, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (ante aos montantes de R\$253.124 e R\$29.383, respectivamente, apresentados nestas demonstrações financeiras), sendo que o lucro líquido do exercício, o resultado abrangente do exercício e o patrimônio líquido não seriam afetados.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

- a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;
- b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

- a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
- b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
- c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e
- d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente a IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

#### 4 RECLASSIFICAÇÕES

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, as seguintes reclassificações foram efetuadas no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e em 1º de janeiro de 2011 e nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Controladora							
Ativo	31/12/2011			01/01/2011			
	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)	
Ativo circulante							
Contas a receber de clientes	23.030	(361) (a)	22.669	20.672	(1.367) (a)	19.305	
Partes relacionadas	-	361 (a)	361	-	1.367 (a)	1.367	
Outros créditos	1.023	(35) (a)	988	59	(15) (a)	44	
Total do ativo circulante	173.915	(35)	173.880	181.223	(15)	181.208	
Ativo não circulante							
Partes relacionadas	-	35 (a)	35	5.163	15 (a)	5.178	
Tributos diferidos	1.971	(1.971) (c)	-	1.572	(1.572) (c)	-	
Total do ativo não circulante	82.409	(1.936)	80.473	68.396	(1.557)	66.839	
Total do ativo	<u>256.324</u>	<u>(1.971)</u>	<u>254.353</u>	<u>249.619</u>	<u>(1.572)</u>	<u>248.047</u>	
<b>Passivo</b>							
Passivo circulante							
Fornecedores	8.306	(340) (b)	7.966	2.912	(190) (b)	2.722	
Partes relacionadas	-	346 (b)	346	-	197 (b)	197	
Outras contas a pagar	361	(6) (b)	355	288	(7) (b)	281	
Total do passivo circulante	15.250	-	15.250	15.213	-	15.213	
Passivo não circulante							
Tributos diferidos	9.727	(1.971) (c)	7.756	11.008	(1.572) (c)	9.436	
Total do passivo não circulante	11.839	(1.971)	9.868	12.273	(1.572)	10.701	
Total do patrimônio líquido	229.235	-	229.235	222.133	-	222.133	
Total do passivo	<u>256.324</u>	<u>(1.971)</u>	<u>254.353</u>	<u>249.619</u>	<u>(1.572)</u>	<u>248.047</u>	
Consolidado							
Ativo	31/12/2011			01/01/2011			
	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)	
Ativo circulante							
Contas a receber de clientes	26.406	(187) (a)	26.219	22.987	(698) (a)	22.289	
Partes relacionadas	-	187 (a)	187	-	698 (a)	698	
Outros créditos	1.157	(83) (a)	1.074	50	-	50	
Total do ativo circulante	197.424	(83)	197.341	203.494	-	203.494	
Ativo não circulante							
Partes relacionadas	-	83 (a)	83	2.633	-	2.633	
Tributos diferidos	1.971	(1.971) (c)	-	1.572	(1.572) (c)	-	
Total do ativo não circulante	75.499	(1.888)	73.611	60.033	(1.572)	58.461	
Total do ativo	<u>272.923</u>	<u>(1.971)</u>	<u>270.952</u>	<u>263.527</u>	<u>(1.572)</u>	<u>261.955</u>	
<b>Passivo</b>							
Passivo circulante							
Fornecedores	18.347	(9.973) (b)	8.374	7.681	(4.589) (b)	3.092	
Financiamentos e empréstimo	5.932	(5.932) (b)	-	4.555	(3.468) (b)	1.087	
Partes relacionadas	-	15.905 (b)	15.905	-	8.057 (b)	8.057	
Outras contas a pagar	1.421	-	1.421	369	-	369	
Total do passivo circulante	31.443	-	31.443	23.786	-	23.786	
Passivo não circulante							
Tributos diferidos	9.727	(1.971) (c)	7.756	11.008	(1.572) (c)	9.436	
Total do passivo não circulante	12.245	(1.971)	10.274	17.608	(1.572)	16.036	
Total do patrimônio líquido	229.235	-	229.235	222.133	-	222.133	
Total do passivo	<u>272.923</u>	<u>(1.971)</u>	<u>270.952</u>	<u>263.527</u>	<u>(1.572)</u>	<u>261.955</u>	

31/12/2011						
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	Reclassificações	(Reapresentado)
Despesas administrativas	(14.016)	(610) (d)	(14.626)	(14.855)	(610) (d)	(15.465)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.816 (e)	1.816	-	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>15.023</b>	<b>1.206</b>	<b>16.229</b>	<b>17.179</b>	<b>(610)</b>	<b>16.569</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.816	(1.816) (e)	-	-	-	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>33.222</b>	<b>(610)</b>	<b>32.612</b>	<b>33.801</b>	<b>(610)</b>	<b>33.191</b>
Participações estatutárias	(610)	610 (d)	-	(610)	610 (d)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>25.882</b>	<b>-</b>	<b>25.882</b>	<b>25.882</b>	<b>-</b>	<b>25.882</b>

- (a) Reclassificação de contas a receber de clientes e outros créditos para partes relacionadas.
- (b) Reclassificação de fornecedores, financiamentos e empréstimos e outras contas a pagar para partes relacionadas.
- (c) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos no balanço patrimonial da Companhia, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo, quando tratar-se de mesma entidade legal.
- (d) Reclassificação de participações estatutárias para despesas administrativas.
- (e) Reclassificação do resultado de equivalência patrimonial para despesas e receitas operacionais.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Caixa e bancos	671	126	535	1.141	1.119	1.051
Aplicações financeiras	88.260	126.185	110.155	100.630	137.555	119.715
<b>Total</b>	<b>88.931</b>	<b>126.311</b>	<b>110.690</b>	<b>101.771</b>	<b>138.674</b>	<b>120.766</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as aplicações financeiras com liquidez imediata referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 100% e 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras no montante de R\$2.262 (R\$29.051 em 1º de janeiro de 2011), controladora e consolidado, referiam-se a investimentos em operações compromissadas com lastro em debêntures, remuneradas a taxas que variavam entre 100% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.



Não foram classificadas como equivalentes de caixa por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e por não possuírem previsão de resgate imediato.

## 7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Composta por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
No país	23.927	22.820	19.172	28.017	27.220	22.900
No exterior	172	387	261	305	387	261
<b>Total</b>	<b>24.099</b>	<b>23.207</b>	<b>19.433</b>	<b>28.322</b>	<b>27.607</b>	<b>23.161</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(363)	(538)	(128)	(1.319)	(1.388)	(872)
	<b>23.736</b>	<b>22.669</b>	<b>19.305</b>	<b>27.003</b>	<b>26.219</b>	<b>22.289</b>

### b) Clientes por idade de vencimento

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>A vencer</b>						
Até 30 dias	13.006	14.024	11.105	15.084	15.787	12.670
De 31 a 60 dias	7.462	6.724	6.827	8.058	7.200	7.230
De 61 a 90 dias	2.170	1.345	488	2.254	1.614	586
De 91 a 180 dias	27	74	69	28	138	117
Acima de 181 dias	-	-	33	1	-	38
<b>Total a vencer</b>	<b>22.665</b>	<b>22.167</b>	<b>18.522</b>	<b>25.425</b>	<b>24.739</b>	<b>20.641</b>
<b>Vencido</b>						
Até 30 dias	1.070	483	516	1.248	849	1.107
De 31 a 60 dias	1	10	23	96	188	166
De 61 a 90 dias	-	-	37	6	84	38
De 91 a 180 dias	12	116	206	58	372	326
Acima de 181 dias	351	431	129	1.489	1.375	883
<b>Total vencido</b>	<b>1.434</b>	<b>1.040</b>	<b>911</b>	<b>2.897</b>	<b>2.868</b>	<b>2.520</b>
<b>Total</b>	<b>24.099</b>	<b>23.207</b>	<b>19.433</b>	<b>28.322</b>	<b>27.607</b>	<b>23.161</b>

### c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Saldo inicial	(538)	(128)	(376)	(1.388)	(872)	(979)
Adições	(105)	(508)	(128)	(284)	(617)	(288)
Reversões e baixas	280	98	376	353	101	395
Saldo final	(363)	(538)	(128)	(1.319)	(1.388)	(872)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos. As empresas têm como procedimento rever tais provisões trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir provisão para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos acima de 180 dias, sem que haja negociação em andamento. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A despesa com constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

## 8 ESTOQUES

### a) Compostos por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Produtos acabados	5.049	4.372	4.316	6.655	5.600	5.818
Produtos em elaboração	18	33	29	18	33	29
Matérias-primas	12.661	15.441	12.958	15.396	17.835	16.045
Adiantamentos a fornecedores	565	-	2.581	565	-	2.701
Material de consumo e outros	2.948	2.660	2.187	3.025	2.669	5.815
Estoques em poder de terceiros	-	-	-	2.306	964	-
Provisão para perdas	(2.089)	(2.111)	(2.085)	(2.209)	(2.233)	(2.681)
	<b>19.152</b>	<b>20.395</b>	<b>19.986</b>	<b>25.756</b>	<b>24.868</b>	<b>27.727</b>

### b) Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Saldo inicial	(2.111)	(2.085)	(2.564)	(2.233)	(2.681)	(2.959)
Adições	(35)	(229)	(118)	(35)	(288)	(323)
Reversões e baixas	57	203	597	59	736	601
Saldo final	<b>(2.089)</b>	<b>(2.111)</b>	<b>(2.085)</b>	<b>(2.209)</b>	<b>(2.233)</b>	<b>(2.681)</b>

## 9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>Ativo circulante</b>						
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	322	76	113	946	178	240
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	2	-	-	1.205	2.569	1.725
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	2.098	37	60	2.133	37	60
PIS - Programa de integração social	450	3	8	508	3	8
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	266	683	-	432	999	230
IRRF s/rend. de aplicações financeiras	-	-	-	35	40	-
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	156	59	-	253	150	43
Outros	-	1	7	-	22	7
	<b>3.294</b>	<b>859</b>	<b>188</b>	<b>5.512</b>	<b>3.998</b>	<b>2.313</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	1.215	264	217	1.233	281	225
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	-	2.297	-	-
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	142	1.444	87	142	1.444	87
PIS - Programa de integração social	31	314	19	31	314	19
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	-	-	-	-	-	28
	<b>1.388</b>	<b>2.022</b>	<b>323</b>	<b>3.703</b>	<b>2.039</b>	<b>359</b>

## 10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

### a. Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>Não circulante</b>						
Provisão para perdas na realização dos estoques	2.089	2.111	2.085	2.089	2.111	2.085
Provisões para perdas em aplicações compulsórias	261	243	227	260	243	227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	363	538	402	363	538	402
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e obrigações pós-emprego	4.853	2.861	1.877	4.853	2.861	1.877
Provisão para comissões a pagar	51	40	21	51	40	21
Créditos tributários sobre base negativa de contribuição social	-	-	-	203	-	-
Outras	-	-	12	-	-	12
Depreciação referente ajuste de vida útil	(2.722)	(2.149)	(1.644)	(2.722)	(2.149)	(1.644)
Custo atribuído do imobilizado	(22.210)	(26.459)	(30.733)	(22.210)	(26.459)	(30.733)
	<b>(17.315)</b>	<b>(22.815)</b>	<b>(27.753)</b>	<b>(17.113)</b>	<b>(22.815)</b>	<b>(27.753)</b>
Aliquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%
<b>Total imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(5.887)</b>	<b>(7.756)</b>	<b>(9.436)</b>	<b>(5.818)</b>	<b>(7.756)</b>	<b>(9.436)</b>

A controlada em conjunto Perfilor possuía em 31 de dezembro de 2012 o montante acumulado de R\$19.072 (R\$20.082 em 31 de dezembro de 2011) referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza de lucros tributáveis futuros.

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2013	1.250	1.047
2014	1.229	1.229
2015	1.152	1.152
2016	1.071	1.071
2017	853	853
2018 em diante	332	466
<b>Total</b>	<b>5.887</b>	<b>5.818</b>

A controlada em conjunto Perfilor possuía em 31 de dezembro de 2012, créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social no montante de R\$6.484 (R\$6.828 em 31 de dezembro de 2011), sendo a participação da Companhia correspondente a R\$3.177 (R\$3.346 em 31 de dezembro de 2011). Devido a falta de projeções de lucros tributáveis futuros, tais créditos não foram registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Conciliação com o resultado do exercício

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.324	32.612	26.797	33.191
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(8.950)	(11.088)	(9.111)	(11.284)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Resultado de equivalência patrimonial	377	618	-	-
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	3.834	3.966	3.834	3.966
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(200)	(226)	(135)	9
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(4.939)</b>	<b>(6.730)</b>	<b>(5.412)</b>	<b>(7.309)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(6.808)	(8.410)	(7.350)	(8.989)
Diferidos	1.869	1.680	1.938	1.680
	<b>(4.939)</b>	<b>(6.730)</b>	<b>(5.412)</b>	<b>(7.309)</b>

## 11 PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, as quais foram realizadas em preços e condições que observaram os parâmetros de mercado.

a. Saldos a receber:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Tekrom	7	11	11	-	-	-
Profinish	4	2	1	-	-	-
MSC/Tekno	29	11	34	14	6	17
Perfilor	5.255	357	6.499	2.686	185	3.314
Alucoil	1.260	15	-	642	8	-
ArcelorMittal Brasil S/A	-	-	-	121	71	-
	<b>6.555</b>	<b>396</b>	<b>6.545</b>	<b>3.463</b>	<b>270</b>	<b>3.331</b>
Circulante	3.894	361	1.367	2.041	187	698
Não circulante	2.661	35	5.178	1.422	83	2.633
	<b>6.555</b>	<b>396</b>	<b>6.545</b>	<b>3.463</b>	<b>270</b>	<b>3.331</b>

b. Saldos a pagar:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Tekrom	5	29	23	-	-	-
Profinish	130	169	162	-	-	-
MSC/Tekno	18	1	5	9	1	2
Perfilor	-	147	7	-	75	3
ArcelorMittal Brasil S/A - Mútuos (i)	-	-	-	-	5.587	8.338
ArcelorMittal Brasil S/A - Fornecedores	-	-	-	5.475	9.897	4.584
Haironville do Brasil Participações Ltda. - Mútuos (i)	-	-	-	245	345	315
	<b>153</b>	<b>346</b>	<b>197</b>	<b>5.729</b>	<b>15.905</b>	<b>13.242</b>
Circulante	153	346	197	5.729	15.905	8.057
Não circulante	-	-	-	-	-	5.185
	<b>153</b>	<b>346</b>	<b>197</b>	<b>5.729</b>	<b>15.905</b>	<b>13.242</b>

(i) Débitos com outras partes relacionadas (consolidado)

Referem-se à mútuos contratados pela controlada em conjunto Perfilor junto a empresas do Grupo ArcelorMittal, os quais estão garantidos por Notas Promissórias.

	Indexador	Juros	Consolidado		
			31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Contrato de mútuo - Haironville do Brasil Participações Ltda.	PRÉ-FIXADO	13% a.a.	245	345	315
Contrato de mútuo - ArcelorMittal Brasil S/A	PRÉ-FIXADO	100% SELIC	-	5.587	8.338
			<b>245</b>	<b>5.932</b>	<b>8.653</b>

c. Transações com partes relacionadas:

1. Venda de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Profinish	2	-	-	-
MSC/Tekno	222	408	119	224
Perfilor	6.303	5.598	3.253	2.904
Alucoil	914	-	466	-
ArcelorMittal Brasil S/A	-	-	97	256
Aluguéis e condomínios (i)	192	174	67	58
Serviços compartilhados (ii)	171	81	31	-
	<b>7.804</b>	<b>6.261</b>	<b>4.033</b>	<b>3.442</b>

2. Compra de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Profinish	1.829	1.504	-	-
Tekrom	1.446	1.595	-	-
MSC/Tekno	104	33	53	17
Perfilor	105	826	54	421
ArcelorMittal Brasil S/A (iii)	-	-	15.481	13.885
MSC Laminates and Composites	-	-	7	5
	<b>3.484</b>	<b>3.958</b>	<b>15.595</b>	<b>14.328</b>

(i) Contratos de aluguel de imóveis

Celebrado com as controladas Tekrom e Profinish, tendo por base os preços de mercado, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo IGPM-FVG, exceto o contrato firmado com a controlada em conjunto Perfilor, que tem como prazo de vigência 24 meses, com renovação automática e índice de reajuste o INPC-IBGE.

(ii) Contratos de prestação de serviços administrativos

Refere-se a rateios de despesas administrativas diversas para as controladas Tekrom, Profinish e MSC/Tekno, com prazo de vigência de 4 anos, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

(iii) Compras de produtos da ArcelorMittal do Brasil S/A

Refere-se a compras de matéria-prima realizadas pela controlada em conjunto Perfilor, tendo por base os preços de mercado, com prazo de pagamento de 30 dias, líquidas de despesas financeiras.

d. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração do conselho de administração	472	439	472	439
Remuneração dos administradores	1.512	1.607	1.527	1.620
Remuneração do pessoal chave	273	201	389	300
Participações estatutárias	553	610	553	610
Encargos e benefícios (seg.vida, prev.privada, INSS e FGTS)	921	914	975	961
	<b>3.731</b>	<b>3.771</b>	<b>3.916</b>	<b>3.930</b>

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados na nota explicativa nº 28 e 29. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores o montante de R\$2.339, líquido dos encargos sociais.

## 12 INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	21.760	12.725	12.214	-	-	-
Outros	33	33	33	33	33	33
	<b>21.793</b>	<b>12.758</b>	<b>12.247</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
Provisão para passivo a descoberto	-	1.966	2.291	-	-	-

### 12.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tekrom			Profinish		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ativo	3.730	3.589	3.425	6.036	5.154	4.337
Passivo	132	150	139	119	91	97
Capital social	400	400	400	2.488	2.488	2.488
Patrimônio líquido	3.598	3.439	3.286	5.917	5.063	4.240
Receita operacional líquida	1.327	1.490	-	1.377	1.137	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>159</b>	<b>153</b>	<b>-</b>	<b>855</b>	<b>823</b>	<b>-</b>
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

## 12.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	MSC/Tekno			Perfilor			Alucoil		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ativo	9.985	10.901	9.383	36.382	32.066	35.026	4.478	4	-
Passivo	2.415	2.281	474	22.108	36.068	39.045	1.332	14	-
Capital social	4.748	4.748	4.748	37.705	19.105	19.105	3.591	1	-
Patrimônio líquido	7.570	8.620	8.909	14.274	(4.002)	(4.019)	3.146	(10)	-
Receita operacional líquida	4.612	6.059	-	46.734	51.154	-	496	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>949</b>	<b>1.711</b>	<b>-</b>	<b>(324)</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>(434)</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	0,00%

## 12.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Tekrom	Profinish	MSC Tekno	Perfilor	Alucoil	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>3.286</b>	<b>4.240</b>	<b>4.366</b>	<b>322</b>	<b>-</b>	<b>12.214</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(980)	-	-	(980)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	5	5
Reversão de provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(330)	-	(330)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	153	822	838	8	(5)	1.816
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.439</b>	<b>5.062</b>	<b>4.224</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.725</b>
Distribuição de dividendos	-	-	(980)	-	-	(980)
Capitalização (i) (ii)	-	-	-	9.114	1.759	10.873
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	210	-	210
Reversão de provisão para passivo a descoberto (iii)	-	-	-	(2.171)	(5)	(2.176)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	159	855	465	(158)	(213)	1.108
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.598</b>	<b>5.917</b>	<b>3.709</b>	<b>6.995</b>	<b>1.541</b>	<b>21.760</b>
<b>Provisão para passivo a descoberto (registrado no passivo circulante)</b>						
	Tekrom	Profinish	MSC Tekno	Perfilor	Alucoil	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.291)</b>	<b>-</b>	<b>(2.291)</b>
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	(5)	(5)
Reversão de provisão para passivo a descoberto	-	-	-	330	-	330
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.961)</b>	<b>(5)</b>	<b>(1.966)</b>
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(210)	-	(210)
Reversão de provisão para passivo a descoberto (iii)	-	-	-	2.171	5	2.176
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (i) Capitalização realizada na controlada em conjunto Perfilor por aumento de capital no valor de R\$18.600, sendo a participação da Tekno feita por liquidação de contrato de mútuo no valor de R\$3.693 e depósito em conta bancária no valor de R\$5.421, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 3 de setembro de 2012.
- (ii) Capitalização realizada na controlada em conjunto Alucoil por aumento de capital no valor de R\$3.590, conforme aprovada em reunião da AGE realizado em 30 de outubro de 2012 e em 29 de novembro de 2012, sendo a participação da Tekno feita por depósito em conta bancária no valor de R\$1.755.
- (iii) Reversão de provisão para passivo a descoberto devido ao aumento de capital.



## 13 IMOBILIZADO

Custo do imobilizado bruto	Controladora								
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	282	5.757	916	71.092	801	2.056	5.972	628	87.504
Adições	-	-	164	635	71	343	20.336	333	21.882
Baixas	-	-	-	(22)	(7)	-	-	(217)	(246)
Transferências	-	-	16	423	-	298	(747)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	282	5.757	1.096	72.128	865	2.697	25.561	744	109.130
Adições	-	105	-	1.685	15	59	14.637	76	16.577
Baixas	-	-	-	(51)	-	(2)	(7)	(104)	(164)
Transferências	-	283	(180)	154	(1)	591	(848)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	6.145	916	73.916	879	3.345	39.343	716	125.542
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(4.126)	(901)	(32.490)	(673)	(1.800)	-	(317)	(40.307)
Adições	-	(56)	(5)	(5.193)	(30)	(178)	-	(113)	(5.575)
Baixas	-	-	-	14	7	-	-	206	227
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(4.182)	(906)	(37.669)	(696)	(1.978)	-	(224)	(45.655)
Adições	-	(64)	(2)	(5.253)	(32)	(302)	-	(137)	(5.790)
Baixas	-	-	-	17	-	2	-	63	82
Transferências	-	(6)	6	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(4.252)	(902)	(42.905)	(728)	(2.278)	-	(298)	(51.363)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	282	1.893	14	31.011	151	1.067	39.343	418	74.179
Saldo em 31 de dezembro de 2011	282	1.575	190	34.459	169	719	25.561	520	63.475
Saldo em 1º de janeiro de 2011	282	1.631	15	38.602	128	256	5.972	311	47.197
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,3%	1,7%	7,4%	8,1%	24,6%	-	19,1%	

Custo do imobilizado bruto	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	322	7.907	1.091	78.204	892	2.270	6.021	854	97.561
Adições	-	-	175	904	85	362	20.405	333	22.264
Baixas	-	-	-	(980)	(7)	-	-	(217)	(1.204)
Transferências	-	-	16	423	-	298	(747)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	322	7.907	1.282	78.551	970	2.930	25.679	970	118.611
Adições	-	105	6	1.795	25	76	16.093	76	18.176
Baixas	-	-	-	(51)	-	(2)	(7)	(144)	(204)
Transferências	-	283	(180)	257	(1)	591	(951)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	322	8.295	1.108	80.552	994	3.595	40.814	902	136.582
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(4.660)	(935)	(35.443)	(712)	(1.932)	-	(529)	(44.211)
Adições	-	(94)	(15)	(5.184)	(38)	(219)	-	(121)	(5.671)
Baixas	-	-	-	142	7	-	-	206	355
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(4.754)	(950)	(40.485)	(743)	(2.151)	-	(444)	(49.527)
Adições	-	(101)	(13)	(5.569)	(42)	(345)	-	(142)	(6.212)
Baixas	-	-	-	17	-	2	-	102	121
Transferências	-	(6)	6	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(4.861)	(957)	(46.037)	(785)	(2.494)	-	(484)	(55.618)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	322	3.434	151	34.515	209	1.101	40.814	418	80.964
Saldo em 31 de dezembro de 2011	322	3.153	332	38.066	227	779	25.679	526	69.084
Saldo em 1º de janeiro de 2011	322	3.247	156	42.761	180	338	6.021	325	53.350
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,3%	1,7%	7,4%	8,1%	24,6%	-	19,1%	

Os valores apresentados em “imobilizado em andamento”, referem-se basicamente aos investimentos da Linha de Pintura 3, com startup previsto para o final do 2º Trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado da controladora inclui R\$22.210 (31 de dezembro de 2011 - R\$26.460), R\$22.210 (31 de dezembro de 2011 - R\$26.460) no consolidado, correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

O custo atribuído constituído, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis, estão sendo realizados a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$7.551 (R\$8.996 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$7.551 (R\$8.996 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

#### 14 FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
No País	2.768	3.392	2.448	3.691	3.800	2.818
No exterior	2.677	4.574	274	2.681	4.574	274
	<b>5.445</b>	<b>7.966</b>	<b>2.722</b>	<b>6.372</b>	<b>8.374</b>	<b>3.092</b>

#### 15 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Provisão de férias e encargos	1.759	1.487	1.403	2.015	1.720	1.626
Salários	523	474	364	709	657	582
INSS	506	465	436	572	534	451
FGTS	147	135	130	168	154	134
Outros	429	405	364	482	441	445
	<b>3.364</b>	<b>2.966</b>	<b>2.697</b>	<b>3.946</b>	<b>3.506</b>	<b>3.238</b>

#### 16 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto às contingências trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

Controladora							
	Trabalhistas	Dep. Judiciais	Sub-total	Tributárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>1.494</b>	<b>(203)</b>	<b>1.291</b>	<b>384</b>	<b>(102)</b>	<b>282</b>	<b>1.573</b>
Provisões constituídas	752	-	752	1.965	-	1.965	2.717
Depósitos efetuados	-	(18)	(18)	-	(1.477)	(1.477)	(1.495)
Reversões	(678)	52	(626)	(2.052)	1.579	(473)	(1.099)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.568</b>	<b>(169)</b>	<b>1.399</b>	<b>297</b>	<b>-</b>	<b>297</b>	<b>1.696</b>
Não circulante	1.240	(128)	1.112	-	-	-	1.112
Circulante	328	(41)	287	297	-	297	584
Provisões feitas durante o exercício	232	-	232	1.522	-	1.522	1.754
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-	(241)	-	(241)	(241)
Depósitos feitos durante o exercício	-	(238)	(238)	-	(1.522)	(1.522)	(1.760)
Reversões	(325)	161	(164)	-	-	-	(164)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.475</b>	<b>(246)</b>	<b>1.229</b>	<b>1.578</b>	<b>(1.522)</b>	<b>56</b>	<b>1.285</b>
Não circulante	954	(153)	801	-	-	-	801
Circulante	521	(93)	428	1.578	(1.522)	56	484
	<b>1.475</b>	<b>(246)</b>	<b>1.229</b>	<b>1.578</b>	<b>(1.522)</b>	<b>56</b>	<b>1.285</b>

	Consolidado							
	Trabalhistas	Dep. Judiciais	Sub-total	Tributárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Garantias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.546	(203)	1.343	482	(102)	380	196	1.919
Provisões feitas durante o exercício	752	-	752	2.098	-	2.098	-	2.850
Provisões utilizadas durante o exercício	(52)	-	(52)	-	-	-	-	(52)
Depósitos efetuados	-	(18)	(18)	-	(1.477)	(1.477)	-	(1.495)
Reversões	(678)	52	(626)	(2.052)	1.579	(473)	(21)	(1.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.568	(169)	1.399	528	-	528	175	2.102
Não circulante	1.240	(128)	1.112	231	-	231	175	1.518
Circulante	328	(41)	287	297	-	297	-	584
Provisões feitas durante o exercício	232	-	232	1.523	-	1.523	-	1.755
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-	(241)	-	(241)	-	(241)
Depósitos feitos durante o exercício	-	(238)	(238)	-	(1.522)	(1.522)	-	(1.760)
Reversões	(325)	161	(164)	-	-	-	(82)	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.475	(246)	1.229	1.810	(1.522)	288	93	1.610
Não circulante	954	(153)	801	232	-	232	93	1.126
Circulante	521	(93)	428	1.578	(1.522)	56	-	484
	1.475	(246)	1.229	1.810	(1.522)	288	93	1.610

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R\$190 em 31 de dezembro de 2012 (R\$176 em 31 de dezembro de 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

Em 28 de abril de 2011 foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$5.000, mediante capitalização da conta de reserva de retenção de lucros, com emissão de 59.312 novas ações. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado está representado por 2.694.216 de ações, sem valor nominal, sendo 1.243.650 ações preferenciais e 1.450.566 ordinárias.

Em 26 de abril de 2012 foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$6.500, mediante capitalização da conta de reserva de retenção de lucros, com emissão de 76.398 novas ações. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado está representado por 2.770.614 de ações, sem valor nominal, sendo 1.278.915 ações preferenciais e 1.491.699 ordinárias.

	<b>Ações Preferenciais</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Total</b>
<b>Saldo inicial em 01/01/2011</b>	<b>1.216.272</b>	<b>1.418.632</b>	<b>2.634.904</b>
Emissão de novas ações	27.378	31.934	59.312
<b>Saldo final em 31/12/2011</b>	<b>1.243.650</b>	<b>1.450.566</b>	<b>2.694.216</b>
Emissão de novas ações	35.265	41.133	76.398
<b>Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>1.278.915</b>	<b>1.491.699</b>	<b>2.770.614</b>

As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c. Dividendos pagos

Em 17 de maio de 2011 a Companhia pagou dividendos propostos no valor de R\$7.114 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a proporção de R\$2,70 por ação.

Em 16 de maio de 2012 a Companhia pagou dividendos propostos no valor de R\$15.601 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a proporção de R\$5,79 por ação.

d. Juros sobre o capital próprio pagos

Em 26 de julho de 2011 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.820, a proporção de R\$2,16 por ação.

Em 21 de novembro 2011 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.846, a proporção de R\$2,17 por ação.

Em 25 de julho de 2012 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.883, a proporção de R\$2,12 por ação.

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia pagou juros a título de remuneração do capital próprio no valor de R\$5.395, a proporção de R\$1,95 por ação.

A Administração da companhia irá propor à Assembleia Geral dos acionistas que a parcela líquida desses juros do capital próprio, na importância de R\$9.601, seja atribuída aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o previsto no parágrafo 7, art.9º da Lei nº 9.249/95.

e. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	21.385	25.882
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	2.805	2.820
Reserva legal (5%) sobre o lucro líquido	(1.070)	(1.294)
Reserva legal (5%) sobre o efeito da realização do custo atribuído	(140)	(141)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	22.980	27.267
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.745	6.817
(-) Juros sobre o capital próprio líquido creditados no exercício	9.601	9.930
(=) Excesso creditados superiores ao obrigatório	(3.856)	(3.113)
Dividendos adicionais propostos	11.702	15.601

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009 deduzido da realização, pela depreciação durante os exercícios subsequentes.

g. Participações estatutárias

Os administradores conforme previsão estatutária (Art. 20) e observados os limites previstos em lei, farão jus a uma participação nos lucros da Companhia, cujo montante global será fixado pela assembleia geral, e distribuído entre os membros de cada órgão por deliberação do Conselho de Administração.

## 18 LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o período 31 de dezembro de 2011, conforme o quadro a seguir:

	<b>2012</b>			<b>2011</b>		
	<b>Preferencial</b>	<b>Ordinária</b>	<b>Total</b>	<b>Preferencial</b>	<b>Ordinária</b>	<b>Total</b>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	9.872	11.513	21.385	11.947	13.935	25.882
Quantidade de ações - média ponderada	1.267	1.478	2.745	1.235	1.440	2.675
Resultado básico e diluído por ação	7,791	7,791	7,791	9,677	9,677	9,677

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do lucro por ação em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

## 19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vendas de produtos	59.079	58.837	88.592	92.269
Industrialização para terceiros	98.557	90.429	98.574	90.443
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>157.636</b>	<b>149.266</b>	<b>187.166</b>	<b>182.712</b>
Deduções da receita	(31.947)	(29.263)	(39.757)	(37.726)
Impostos sobre vendas	(30.348)	(27.993)	(36.720)	(35.701)
Devoluções e abatimentos	(1.599)	(1.270)	(3.037)	(2.025)
<b>Total de receita operacional líquida</b>	<b>125.689</b>	<b>120.003</b>	<b>147.409</b>	<b>144.986</b>

## 20 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matéria-prima	51.017	50.021	62.172	64.267
Salários, encargos e benefícios	19.203	18.442	21.166	20.367
Energia elétrica e gás natural	9.636	8.357	9.721	8.459
Depreciação e amortização	5.390	5.347	5.741	5.491
Manutenção	4.498	3.928	4.586	4.027
Outros custos	2.058	715	3.959	2.935
	<b>91.802</b>	<b>86.810</b>	<b>107.345</b>	<b>105.546</b>

## 21 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de pessoal	2.197	2.042	3.619	3.206
Publicidade e propaganda	282	254	329	279
Comissões sobre vendas	75	82	875	1.034
Material de consumo	78	93	105	111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	414	167	483
Despesas de depreciação	9	8	19	20
Despesas com fretes	1.277	1.346	1.840	1.851
Despesas diversas com vendas	401	404	743	865
	<b>4.325</b>	<b>4.643</b>	<b>7.697</b>	<b>7.849</b>

## 22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Honorários da administração	1.880	1.731	1.895	1.744
Despesas de pessoal	5.938	5.511	6.421	5.882
Material de consumo	735	1.440	769	1.474
Despesas de depreciação	506	338	584	282
Despesas de comunicação	448	460	486	496
Despesas com prestação de serviços	1.308	1.489	1.560	1.705
Tributos diversos	2.129	775	2.165	792
Participações / Contribuições estatutárias	553	610	553	610
Despesas diversas de administração	1.569	2.272	1.681	2.480
	<b>15.066</b>	<b>14.626</b>	<b>16.114</b>	<b>15.465</b>

## 23 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(36)	(942)	(790)	(1.839)
Variações cambiais passivas	(47)	(1.328)	(48)	(1.332)
Outras despesas financeiras	(178)	(471)	(314)	(676)
	<b>(261)</b>	<b>(2.741)</b>	<b>(1.152)</b>	<b>(3.847)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros ativos	288	436	244	332
Variações cambiais ativas	86	1.910	87	1.914
Rendimentos de aplicações financeiras	9.578	15.634	10.449	16.921
Outras receitas financeiras	226	1.144	278	1.302
	<b>10.178</b>	<b>19.124</b>	<b>11.058</b>	<b>20.469</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>9.917</b>	<b>16.383</b>	<b>9.906</b>	<b>16.622</b>

## 24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.



A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não operaram com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo o valor justo similar ao valor contábil.
- Contas a receber: A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem 99% dos saldos de sua conta a receber denominado em moeda local.
- Fornecedores: A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local.
- Mútuos passivos: São classificadas como passivos financeiros mensurados pelo método do custo amortizado.

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Além do cenário provável a CVM através da instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

	Controladora		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	provável	- 25%	- 50%
Taxa CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Rendimento anual das aplicações financeiras	6.399	4.799	3.199
<b>Efeito no rendimento - perda</b>	<b>-</b>	<b>(1.600)</b>	<b>(3.199)</b>

	Consolidado		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	provável	- 25%	- 50%
Taxa CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Rendimento anual das aplicações financeiras	7.296	5.472	3.648
<b>Efeito no rendimento - perda</b>	<b>-</b>	<b>(1.824)</b>	<b>(3.648)</b>

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 5,44%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 3,63%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$88.260 (R\$100.630 no Consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam perda de R\$1.600 no cenário 1 (R\$1.824 no Consolidado) e de R\$3.199 no cenário 2 (R\$3.648 no Consolidado).

### Análise de sensibilidade de variações cambiais

	Controladora e consolidado		
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	provável	+ 25%	+ 50%
Cotação do dólar	2,043	2,554	3,065
Fornecedores exterior - R\$ 2.681 (US\$ 1,312)	2.681	3.351	4.022
<b>Efeito da variação cambial - perda</b>	<b>-</b>	<b>(670)</b>	<b>(1.341)</b>

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,043/US\$ (R\$2,554/US\$) e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$3,065/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$670 no cenário 1 e de R\$1.341 no cenário 2.

## Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	88.931	126.311	110.690	101.771	138.674	120.766
Aplicações financeiras	-	2.262	29.591	-	2.262	29.591
Contas a receber de clientes - circulante	23.736	22.669	19.305	27.003	26.219	22.289
Partes relacionadas - circulante	3.894	361	1.367	2.041	187	698
Partes relacionadas - não circulante	2.661	35	5.178	1.422	83	2.633
Depósitos judiciais - não circulante	3.197	1.804	1.410	3.298	1.905	1.511
Passivos financeiros ao custo amortizado:						
Fornecedores - circulante	5.445	7.966	2.722	6.372	8.374	3.092
Financiamentos e empréstimos - circulante	-	-	-	-	-	1.087
Partes relacionadas - circulante	153	346	197	5.729	15.905	8.057
Outras contas a pagar - circulante	519	355	281	1.609	1.421	369
Partes relacionadas - não circulante	-	-	-	-	-	5.185

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

## Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Consolidado – 31 de dezembro de 2012			
	Inferior a um ano	De um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	6.372	-	-	6.372
Partes relacionadas	5.729	-	-	5.729

## 25 GESTÃO DO CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

## 26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros.

A controlada em conjunto MSC/Tekno tem por objetivo industrialização e comercialização de produtos laminados destinados ao atendimento do segmento automobilístico.

A controlada Tekrom atua no segmento de transportes.

A controlada Profinish atua na produção de produtos químicos utilizados no processo de produção da controladora.

A controlada em conjunto Perfilor tem por objetivo a industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente, industriais e comerciais, atendendo o segmento de construção civil.

### Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros</b>	<b>Automobilístico</b>	<b>Transportes</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>					
Circulante	144.043	4.006	3.730	11.501	<b>163.280</b>
Não circulante	5.869	16	-	2.538	<b>8.423</b>
Investimentos	33	-	-	-	<b>33</b>
Imobilizado	74.193	870	-	5.901	<b>80.964</b>
Intangível	342	-	-	82	<b>424</b>
	<b>224.480</b>	<b>4.892</b>	<b>3.730</b>	<b>20.022</b>	<b>253.124</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	8.162	1.183	132	11.162	<b>20.639</b>
Não circulante	8.420	-	-	324	<b>8.744</b>
Patrimônio Líquido	207.898	3.709	3.598	8.536	<b>223.741</b>
	<b>224.480</b>	<b>4.892</b>	<b>3.730</b>	<b>20.022</b>	<b>253.124</b>

## Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Indústrias em Geral	Industrialização para Terceiros	Automobilístico	Transportes	Construção Civil	Total
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>45.921</b>	<b>74.758</b>	<b>2.260</b>	<b>1.327</b>	<b>23.143</b>	<b>147.409</b>
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(39.169)	(46.832)	(1.413)	(1.268)	(18.663)	(107.345)
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.752</b>	<b>27.926</b>	<b>847</b>	<b>59</b>	<b>4.480</b>	<b>40.064</b>
Receitas (despesas) operacionais	(3.932)	(14.822)	(424)	(35)	(3.960)	(23.173)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.820</b>	<b>13.104</b>	<b>423</b>	<b>24</b>	<b>520</b>	<b>16.891</b>
Resultado financeiro líquido	2.161	8.149	189	260	(853)	9.906
Receitas financeiras	2.196	8.282	193	262	125	11.058
Despesas financeiras	(35)	(133)	(4)	(2)	(978)	(1.152)
<b>Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL</b>	<b>4.981</b>	<b>21.253</b>	<b>612</b>	<b>284</b>	<b>(333)</b>	<b>26.797</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.067)	(4.034)	(147)	(125)	(39)	(5.412)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>3.914</b>	<b>17.219</b>	<b>465</b>	<b>159</b>	<b>(372)</b>	<b>21.385</b>

## Balanco patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011

	Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros	Automobilístico	Transportes	Construção Civil	Total
<b>Ativo</b>					
Circulante	178.492	4.500	3.589	10.760	197.341
Realizável ao longo prazo	3.910	13	-	104	4.027
Investimentos	33	-	-	-	33
Imobilizado	63.492	828	-	4.764	69.084
Intangível	379	1	-	87	467
	<b>246.306</b>	<b>5.342</b>	<b>3.589</b>	<b>15.715</b>	<b>270.952</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	12.900	1.118	150	17.275	31.443
Não circulante	9.868	-	-	406	10.274
Patrimônio líquido	223.538	4.224	3.439	(1.966)	229.235
	<b>246.306</b>	<b>5.342</b>	<b>3.589</b>	<b>15.715</b>	<b>270.952</b>

## Demonstrações de resultados consolidado em 31 de dezembro de 2011

	Indústrias em Geral	Industrialização para Terceiros	Automobilístico	Transportes	Construção Civil	Total
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>46.149</b>	<b>69.313</b>	<b>2.969</b>	<b>1.490</b>	<b>25.065</b>	<b>144.986</b>
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(38.505)	(43.099)	(1.820)	(1.458)	(20.664)	(105.546)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.644</b>	<b>26.214</b>	<b>1.149</b>	<b>32</b>	<b>4.401</b>	<b>39.440</b>
Receitas (despesas) operacionais	(3.815)	(15.094)	(374)	(65)	(3.523)	(22.871)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>3.829</b>	<b>11.120</b>	<b>775</b>	<b>(33)</b>	<b>878</b>	<b>16.569</b>
Resultado financeiro líquido	3.402	13.449	266	348	(843)	16.622
Receitas Financeiras	3.922	15.515	278	351	403	20.469
Despesas Financeiras	(520)	(2.066)	(12)	(3)	(1.246)	(3.847)
<b>Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL</b>	<b>7.231</b>	<b>24.569</b>	<b>1.041</b>	<b>315</b>	<b>35</b>	<b>33.191</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.398)	(5.515)	(202)	(162)	(32)	(7.309)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>5.833</b>	<b>19.054</b>	<b>839</b>	<b>153</b>	<b>3</b>	<b>25.882</b>

Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros</b>	<b>Automobilístico</b>	<b>Transportes</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Total</b>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	5.076	(109)	173	5.482	10.622
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.090)	(134)	-	(1.465)	(15.689)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(27.488)	-	-	(4.348)	(31.836)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(36.502)	(243)	173	(331)	(36.903)

Demonstração de fluxo de caixa consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2011

	<b>Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros</b>	<b>Automobilístico</b>	<b>Transportes</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Total</b>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	57.632	1.025	164	5.127	63.948
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.201)	(214)	-	425	(16.990)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(23.998)	-	-	(5.052)	(29.050)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.433	811	164	500	17.908

Depreciação consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2012

	<b>Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros</b>	<b>Automobilístico</b>	<b>Transportes</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Total</b>
Depreciações e Amortizações	(5.908)	(91)	-	(334)	<b>(6.333)</b>

Depreciação consolidado por segmento em 31 de dezembro de 2011

	<b>Indústrias em Geral e Industrialização para Terceiros</b>	<b>Automobilístico</b>	<b>Transportes</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Total</b>
Depreciações e Amortizações	(5.692)	(84)	-	(17)	<b>(5.793)</b>

## 27 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro 2012 estas possuíam as seguintes coberturas de seguros:

<b>Coberturas</b>	<b>Risco coberto</b>	<b>Valores em Reais</b>
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	42.852
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	720
Responsabilidade civil		Taxa de 0,024% s/ mercadorias transportadas
Transportes de materiais	Roubo e furto qualificado	Taxa de 0,0080%

## 28 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A Companhia e suas controladas possuem desde o mês de agosto de 2001, um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Brasilprev Previdência Privada S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas remunerações são reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$240 (R\$310 em 2011) e R\$260 (R\$323 em 2011) no consolidado.

## 29 OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Relativo ao direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de junho de 1998.

## 30 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	2.486	4.596

## 31 APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 15 de março de 2013.

## 32 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de fevereiro de 2013, houve integralização de capital da Controlada em conjunto Alucoil no montante de R\$3.600, na seguinte proporção, R\$1.764 pela Tekno e R\$1.836 pela Alucoil S.A.U da Espanha.

A Companhia tomou a decisão de não renovar o contrato de arrendamento da sua linha de pintura nº 02 e o contrato de prestação de serviços de pintura de chapas de alumínio assinados com a NOVELIS DO BRASIL LTDA. em 01/09/2000 e 03/09/2001 respectivamente, ambos com vencimento para 31/03/2015, conforme correspondência enviada a NOVELIS em 16 de janeiro de 2013. Esta decisão de não renovar os contratos foi tomada em razão da NOVELIS ter adquirido uma linha de pintura para uso próprio. Esta prestação de serviços para a NOVELIS representa atualmente cerca de 22,5% do faturamento da TEKNO. Como este efeito só será materializado daqui a cerca de 02 anos, neste ínterim, a TEKNO irá prospectar novos mercados (em aço ou alumínio) que possam repor ou até incrementar esta fatia de mercado. A Companhia manterá os acionistas e o mercado informados sobre o andamento desta fase de transição.



## **Composição do Conselho de Administração**

Valter Takeo Sasaki  
(Presidente)

Eloísa Madeira Szanto  
(Vice-Presidente)

Rita Maria Leal da Silveira Lanari  
(Membro)

Hebe Amaral Caiuby Ariani  
(Membro)

João Alberto de Almeida Borges  
(Membro)

Carlos Alberto de Almeida Borges  
(Membro)

Regina Coeli de Almeida Borges  
(Membro)

## **Composição da Diretoria**

Guilherme Luiz do Val  
(Diretor Presidente)

Valter Takeo Sasaki  
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

José Luiz Madeira do Val  
(Diretor Administrativo)

João Alberto de Almeida Borges  
(Diretor Superintendente)

Edson da Silva Lopes  
Gerente de Controladoria  
CRC 1SP116.560/O-8